

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	IZAENE rev. IZAENE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN PLEG	VET	00005	2012	19	01	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como VET 00005 2012, aposto ao PLC 00112 2007 (PL 06846 2002, na Câmara dos Deputados..
Este processo contém 02 (duas) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLCN.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	DAIANERS rev. DAIANERS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00005	2012	19	01	2012	CN SSCLCN	

Recebido nesta Secretaria, na presente data, às 9h28.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCIOUM Sak
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00005	2012	24	01	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 3 a 7, referentes à Mensagem nº 6, de 2012-CN (nº 11/2012, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o Veto Parcial aposto ao PLC nº 112, de 2007.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00005	2012	03	02	2012	CN SEXP	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de emitir relatório sobre o veto. Ao Ofício, serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da Lei, contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto. Após anexação da cópia do citado Ofício, o processado será devolvido à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.

N.Bal	Cs/Órg CN SEXP		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SEXP		LEONGOME rev. LEONGOME
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00005	2012	03	02	2012			

Recebido neste órgão às 18hs09.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg CN SEXP		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		JOSANE rev. JOSANE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00005	2012	08	02	2012			

Anexado o Ofício CN nº 40 de 07/02/12, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados solicitando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto (fls.08).

À SSCLCN.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN rev. MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00005	2012	10	02	2012			

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 9 e 10, referentes ao estudo de tramitação da proposição vetada (PLC nº 112, de 2007).

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN rev. MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00005	2012	28	02	2012			

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntada fls. 11, referente ao Ofício SGM/P nº 154, de 2012, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00005	2012	07	11	2012	CN ATA-PLEN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	FELIPESO rev. MARCIAGO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00005	2012	07	11	2012	CN SACM	

13:14h - Leitura

Designação da Comissão Mista, de acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000-CN e nº 1, de 2012-CN:

SENADORES: Ana Amélia, Eduardo Lopes, Paulo Bauer, Gim, Marco Antônio Costa

DEPUTADOS: Vicentinho, Leonardo Quintão, João Campos, Roberto Balestra

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 27 de novembro de 2012.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 7 de dezembro de 2012

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	TNSILVA rev. TNSILVA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00005	2012	07	11	2012	CN SACM	

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Recebido nesta data.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	TNSILVA rev. MMMELO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00005	2012	09	11	2012	CN SACM	

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Anexo comunicado enviado aos membros da Comissão Mista, com respectivo protocolo eletrônico de entrega, informando a composição dos membros com as respectivas idades e o prazo para apresentação do Relatório (às fls. 15 e 16).



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SACM	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	BEDRITIC rev. BEDRITIC
		Tipo VET	Número 00005	Ano 2012	Dia 28	Mês 11	Ano 2012		

Esgotado o prazo regimental previsto no art. 105 do Regimento Comum sem apresentação do relatório pela Comissão Mista.
Encaminhada à SCLCN.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN ATA-PLEN	LUIZS rev. POLLA
		Tipo VET	Número 00005	Ano 2012	Dia 18	Mês 12	Ano 2012		

STATUS: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do Dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.

N.Bal	Cs/Órg CN ATA-PLEN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	OTAVIOL rev. OTAVIOL
		Tipo VET	Número 00005	Ano 2012	Dia 19	Mês 12	Ano 2012		

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	MONDIN rev. LUIZS
		Tipo VET	Número 00005	Ano 2012	Dia 29	Mês 08	Ano 2013		

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO

VET n. 5, de 2012
em 19.01.2012

Nº 14, quinta-feira, 19 de janeiro de 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

9

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO		Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE				
0641		Inteligência Federal										9.000.000
PROJETOS												
06 183	0641 14M6	Serviço de Inteligência na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20										9.000.000
06 183	0641 14M6 0001	Serviço de Inteligência na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - Nacional										9.000.000
			F	3	2	90	0	388				3.990.000
			F	4	2	90	0	388				5.010.000
TOTAL - FISCAL												9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												9.000.000

ÓRGÃO: 30900 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO		Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE				
0663		Segurança Pública nas Rodovias Federais										23.000.000
PROJETOS												
06 181	0663 14M3	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Rodoviária Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20										23.000.000
06 181	0663 14M3 0033	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Rodoviária Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - No Estado do Rio de Janeiro										23.000.000
			F	3	2	90	0	388				14.263.000
			F	4	2	90	0	388				8.737.000
TOTAL - FISCAL												23.000.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												23.000.000

ÓRGÃO: 30900 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO		Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE				
0662		Prevenção e Repressão à Criminalidade										25.000.000
PROJETOS												
06 181	0662 14M4	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20										25.000.000
06 181	0662 14M4 0033	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - No Estado do Rio de Janeiro										25.000.000
			F	3	2	90	0	388				14.188.900
			F	4	2	90	0	388				10.811.100
TOTAL - FISCAL												25.000.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												25.000.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO		Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE				
0683		Gestão da Política Externa										200.100.000
PROJETOS												
07 211	0683 13D4	Organização e Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20										200.100.000
07 211	0683 13D4 0001	Organização e Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - Nacional										200.100.000

			F	3	2	90	0	388				196.150.000
			F	4	2	90	0	388				1.950.000
TOTAL - FISCAL												200.100.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												200.100.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO		Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE				
0511		Gestão da Política de Meio Ambiente										15.800.000
PROJETOS												
18 541	0511 14M5	Apoio aos Temas Ambientais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)										15.800.000
18 541	0511 14M5 0101	Apoio aos Temas Ambientais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) - No Município do Rio de Janeiro - RJ										15.800.000
			F	3	2	90	0	388				15.000.000
			F	4	2	90	0	388				800.000
TOTAL - FISCAL												15.800.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												15.800.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO		Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE				
1383		Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade										157.110.000
PROJETOS												
05 211	1383 14M2	Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20										157.110.000
05 211	1383 14M2 0101	Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - No Município do Rio de Janeiro - RJ										157.110.000
			F	3	2	40	0	388				561.500
			F	3	2	90	0	388				66.719.478
			F	3	2	30	0	388				11.700
			F	4	2	30	0	388				52.598.300
			F	4	2	90	0	388				29.280.522
			F	4	2	40	0	388				7.938.500
TOTAL - FISCAL												157.110.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												157.110.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando do Exército

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO		Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRO- DUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE				
1383		Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade										135.159.740
PROJETOS												
05 153	1383 14MH	Garantia da Lei e da Ordem nos Complexos do Alemão e da Penha										135.159.740
05 153	1383 14MH 0101	Garantia da Lei e da Ordem nos Complexos do Alemão e da Penha - No Município do Rio de Janeiro - RJ										135.159.740
			F	3	2	90	0	388				58.975.800
			F	4	2	90	0	388				76.183.940
TOTAL - FISCAL												135.159.740
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												135.159.740

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 10, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 290, de 2001 (nº 6.906/02 na Câmara dos Deputados), que "Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício".

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 1º, 3º e 4º

"Art. 1º A profissão de Turismólogo será exercida:

I - pelos diplomados em curso superior de Bacharelado em Turismo, ou em Hotelaria, ministrados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II - pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

III - por aqueles que, embora não diplomados nos termos dos incisos I e II, venham exercendo, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, elencadas no art. 2º, comprovada e ininterruptamente há, pelo menos, cinco anos."

"Art. 3º O exercício da profissão de Turismólogo requer registro em órgão federal competente mediante apresentação de:

I - documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos nos incisos I e II do art. 1º, ou comprovação do exercício das atividades de Turismólogo, previsto no inciso III do art. 1º;

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego."

"Art. 4º A comprovação do exercício da profissão de Turismólogo, de que trata o inciso III do art. 1º, far-se-á no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei."

Razão dos vetos

"A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 11, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 112, de 2007 (nº 6.846/02 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012011900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça, da Saúde, a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts 2º e 3º

"Art. 2º As atividades de que trata o art. 1º desta Lei serão exercidas pelos:

I - portadores de diploma do ensino fundamental;

II - portadores de habilitação específica fornecida por entidades públicas ou privadas, legalmente reconhecidas;

III - profissionais que, embora não sejam portadores de diploma ou de certificado na forma dos incisos I e II do caput deste artigo, estejam exercendo a profissão há pelo menos 1 (um) ano, contado da data de publicação desta Lei."

"Art. 3º Para fins de aplicação dos preceitos desta Lei, o órgão competente no Brasil poderá revalidar diploma expedido em país estrangeiro, fornecido por cursos equivalentes aos mencionados nos incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei."

Razão dos vetos

"A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 12, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 29, de 2011 - CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

No Anexo I:

Meta do Objetivo 0282, do Programa 2037

"Ampliar a oferta de atendimento a pessoas com deficiência por meio da Rede SUAS, prevendo-se acréscimos orçamentários, em relação ao valor orçado para 2011, de 5% para 2012, de 10% para 2013, de 15% para 2014 e de 20% para 2015"

Razão do veto

"A proposição remete à vinculação de despesa orçamentária para os exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, tratando de matéria estranha ao PPA."

Nos Anexos I e III:

Iniciativa 04B5, do Objetivo 0131, do Programa 2075

"04B5 - Adequação da Rodovia BR-153/SP"

Iniciativa 04CG, do Objetivo 0183, do Programa 2074

"04CG - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana/AP"

Razões dos vetos

"O custo total dos empreendimentos é inferior ao Valor de Referência necessário para individualização como Iniciativa, o que contraria o art. 10 da proposta."

Iniciativa 04BA, do Objetivo 0144, do Programa 2072

"04BA - Construção de Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC"

Iniciativa 04CF, do Objetivo 0751, do Programa 2025

"04CF - Implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque"

Iniciativa 04CT, do Objetivo 0131, do Programa 2075

"04CT - Adequação da Rodovia BR-040/MG"

Iniciativa 04AV, do Objetivo 0136, do Programa 2075

"04AV - Construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG"

Razões dos vetos

"As Iniciativas em questão se sobrepõem a outras já previstas no PPA, não se justificando serem tratadas de forma separada."

No caso da Ferrovia Transcontinental EF 354 de Vilhena/RO a Boqueirão da Esperança/AC, já existe a Iniciativa 00C1 - Construção de Ferrovia EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

Para a implantação da rede de fibra ótica no trecho de Macapá a Oiapoque, existe a Iniciativa 02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga.

Já a adequação da Rodovia BR-040/MG está contemplada na Iniciativa 0090 - Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, Brasília/DF a Juiz de Fora/MG - 956 km (rodovia integrante do Programa Federal de Concessões Rodoviárias).

Por fim, para a construção do Rodoanel Sul e Norte de Belo Horizonte/MG, há a Iniciativa 00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG."

Iniciativa 04C6, do Objetivo 0676, do Programa 2035

"04C6 - Implantação de infraestrutura para realização da Universidade de Verão 2017 no Distrito Federal"

Razões do veto

"Uma vez que a escolha de Brasília para a realização da Universidade de Verão 2017 não se concretizou, houve perda do objeto da Iniciativa."

Iniciativa 04AO, do Objetivo 0183, do Programa 2074

"04AO - Construção de novo porto em águas profundas no Estado da Paraíba"

Iniciativa 04BZ, do Objetivo 0453, do Programa 2074

"04BZ - Implantação do novo porto na Cidade de Natal/RN"

Iniciativa 04BU, do Objetivo 0137, do Programa 2075

"04BU - Construção do Arco Rodoviário Norte - BR-369/PR"

Iniciativa 04CL, do Objetivo 0136, do Programa 2075

"04CL - Construção do 2º Anel Rodoviário no Estado do Ceará - BR-116/CE, BR-020/CE e BR-222"

Iniciativa 04BE, do Objetivo 0140, do Programa 2075

"04BE - Construção de Ponte Interligando a BR-319 à Rodovia AM-070 no Estado do Amazonas"

Iniciativas 04AN e 04D3, do Objetivo 0141, do Programa 2072

"04AN - Construção de Ferrovia - EF 232/116/225 - Ferrovia Nova Transnordestina - Ramal Paraíba"

"04D3 - Construção e Adequação de Ferrovia - Maringá / Cianorte / Umuarama / Guaíra / Cascavel - no Estado do Paraná"

Iniciativas 04DA e 04BB, do Objetivo 0234, do Programa 2073

"04DA - Construção da Eclusa no Complexo do Rio Madeira"

"04BB - Construção de Eclusa no Estado do Acre"

Iniciativa 04CZ, do Objetivo 0479, do Programa 2051

"04CZ - Implantação de Aduanas para distribuição das águas provenientes do PISF (Eixo Leste) nas Regiões do Cariri, Brejo e Seridó"

Iniciativa 04BX, do Objetivo 0549, do Programa 2051

"04BX - Integração das Bacias do Rio São Francisco com as Bacias da Fronteira Seca do Piauí"

Iniciativa 04DN, do Objetivo 0019, do Programa 2033

"04DN - Implantação da Usina Hidrelétrica do Ribeirão no Rio Madeira."

Razões dos vetos

"Trata-se de empreendimentos de Grande Porte, que não possuem estudos prévios de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social necessários à sua implementação. O início de obras nessas condições aumentaria significativamente o risco de pulverização de recursos, de dilatação dos prazos de execução e de paralisação das obras."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 13, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 134, de 2009 (nº 1.627/07 na Câmara dos Deputados), que "Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Incisos I e II do § 1º do art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, inserido pelo art. 87 do projeto de lei

"I - 1% (um por cento) no exercício de 2010;

II - 2% (dois por cento) no exercício de 2011;"

Razões dos vetos

"Os incisos dispõem de percentuais para a dedução de doações no âmbito das declarações de imposto de renda referentes a exercícios e anos-calendário já concluídos e, portanto, processados, não cabendo sua aplicação retroativa."

Já o Ministério da Saúde opinou pelo veto ao seguinte dispositivo:

Caput do art. 63

"Art. 63. As unidades destinadas a internação feminina deverão dispor de dependência adequada para, em caso de emergência, atender adolescente grávida, parturiente e/ou convalescente sem condições de ser levada a unidade do SUS."

Razão do veto

"O atendimento de internas grávidas, parturientes e convalescentes em caso de emergência deve ser realizado na rede do Sistema Único de Saúde - SUS. Na rede SUS há melhores oportunidades de prevenção de agravos e de intervenção em situações agudas ou crônicas que demandem maior complexidade na atenção, possibilitando salvaguarda à mãe e ao bebê. As iniciativas no âmbito do Programa Rede Cegonha reforçam essa diretriz da política de saúde ao permitir o acompanhamento sistemático, com acesso ao pré-natal adequado e avaliação dos riscos e vulnerabilidades."

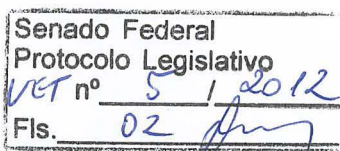
Os Ministérios da Saúde e da Fazenda, manifestaram-se, ainda, pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

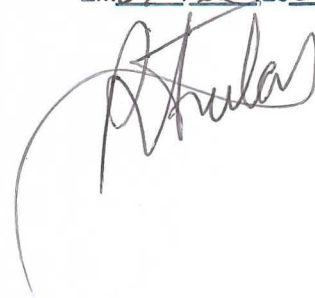
§ 8º do art. 64

"§ 8º Na hipótese da inexistência de programa público de atendimento adequado à execução da terapêutica indicada para o adolescente, o juiz poderá determinar que o tratamento seja realizado na rede privada, a expensas do poder público."

Art. 66

"Art. 66. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa com comprovada dependência de álcool ou de outras substâncias psicoativas que não o incapacite de cumprir plenamente as atividades previstas no seu PIA deverá ser inserido em programa de tratamento, preferencialmente na rede SUS extra-hospitalar, podendo a autoridade judiciária determinar que esse seja realizado na rede privada se o SUS não dispuser do tratamento adequado, a expensas do poder público."





Mensagem nº 11

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 112, de 2007 (nº 6.846/02 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador”.

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça, da Saúde, a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts 2º e 3º

“Art. 2º As atividades de que trata o art. 1º desta Lei serão exercidas pelos:

I - portadores de diploma do ensino fundamental;


II - portadores de habilitação específica fornecida por entidades públicas ou privadas, legalmente reconhecidas;

III - profissionais que, embora não sejam portadores de diploma ou de certificado na forma dos incisos I e II do **caput** deste artigo, estejam exercendo a profissão há pelo menos 1 (um) ano, contado da data de publicação desta Lei.”

“Art. 3º Para fins de aplicação dos preceitos desta Lei, o órgão competente no Brasil poderá revalidar diploma expedido em país estrangeiro, fornecido por cursos equivalentes aos mencionados nos incisos I e II do **caput** do art. 2º desta Lei.”

Razão dos vetos

“A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade.”

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
vet nº	5 / 2012
Fls.: 3	Rubrica: 

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

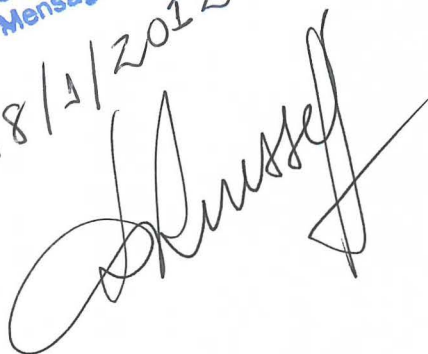
Brasília, 18 de janeiro de 2012.



Congresso Nacional		
Secretaria de Coordenação		
Legislativa do Congresso Nacional		
<i>vet</i>	nº <i>5</i>	/ <i>2012</i>
Fls.: <i>4</i>	Rubrica: <i>[assinatura]</i>	

Sanciono, em parte,
pelas razões constantes
da Mensagem anexa

18/1/2012



Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É reconhecido, em todo o território nacional, o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador são profissionais que exercem atividades de higiene e embelezamento capilar, estético, facial e corporal dos indivíduos.

Art. 2º As atividades de que trata o art. 1º desta Lei serão exercidas pelos:

I – portadores de diploma do ensino fundamental;

II – portadores de habilitação específica fornecida por entidades públicas ou privadas, legalmente reconhecidas;

III – profissionais que, embora não sejam portadores de diploma ou de certificado na forma dos incisos I e II do **caput** deste artigo, estejam exercendo a profissão há pelo menos 1 (um) ano, contado da data de publicação desta Lei.

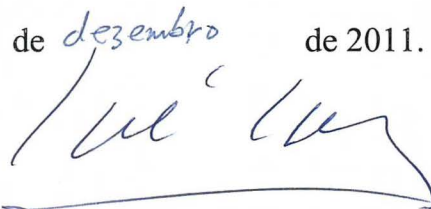
Art. 3º Para fins de aplicação dos preceitos desta Lei, o órgão competente no Brasil poderá revalidar diploma expedido em país estrangeiro, fornecido por cursos equivalentes aos mencionados nos incisos I e II do **caput** do art. 2º desta Lei.

Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei deverão obedecer às normas sanitárias, efetuando a esterilização de materiais e utensílios utilizados no atendimento a seus clientes.

Art. 5º É instituído o Dia Nacional do Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador, a ser comemorado em todo o País, a cada ano, no dia e mês coincidente com a data da promulgação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 2011.



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 12.592 , DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

A P R E S I D E N T A D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º É reconhecido, em todo o território nacional, o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador são profissionais que exercem atividades de higiene e embelezamento capilar, estético, facial e corporal dos indivíduos.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º (VETADO).


Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei deverão obedecer às normas sanitárias, efetuando a esterilização de materiais e utensílios utilizados no atendimento a seus clientes.

Art. 5º É instituído o Dia Nacional do Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador, a ser comemorado em todo o País, a cada ano, no dia e mês coincidente com a data da promulgação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.



Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	5 / 2012
Fls.:	6 Rubrica: 

Veto nº 5/2012
MCN nº 6/2012

Aviso nº 34 - C. Civil.

Em 18 de janeiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto Parcial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 112, de 2007 (nº 6.846/02 na Câmara dos Deputados), que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
vet nº	5 / 2012
Fls.: 78	Rubrica: 4

Recebido em
2010/2011 às
11:13
Edimar

✓
23.01.12

Ofício nº 40 (CN)

Brasília, em 07 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

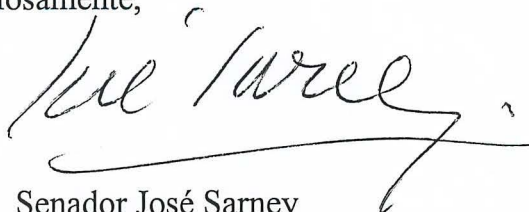
Senhor Presidente,

A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 6, de 2012-CN (nº 11/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007 (PL nº 6.846, de 2002, nessa Casa), que “Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador”.

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,



Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Secretaria de Expediente

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007
(nº 6.846/2002, na Casa de origem)

EMENTA: Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

AUTOR: Dep. Marcelo Teixeira

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 22/5/2002 – DCD de 12/6/2002

COMISSÕES:

Trabalho, de Administração e Serviço Público

Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:

Dep. Vicentinho

Dep. Sandra Rosado
Dep. Valtenir Pereira
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Ofício PS-GSE nº 708, de 29/11/2007

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 11/12/2007 – DSF de 12/12/2007

COMISSÕES:

Educação, Cultura e Esportes

Assuntos Sociais

Diretora

RELATORES:

Sen. Rosalba Ciarlini
(Parecer nº 1.885/2009-CE)
Sen. Ana Amélia
(Parecer nº 1.538/2011-CE)


Sen. Rosalba Ciarlini
(Parecer nº 1.886/2009-CAS)
Sen. Ana Amélia
(Parecer nº 1.539/2011-CAS)

Sen. João Ribeiro
(Parecer nº 1.540/2011-CDIR)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 340, de 29/12/2011

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

VET nº 5 / 2012
Fls. 09 Rubrica: 

VETO PARCIAL Nº 5, DE 2012
aposto ao
Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007
(Mensagem nº 6/2012-CN)

Parte sancionada:

Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012
D.O.U. – Seção 1, de 19/1/2012

Partes vetadas:

- *caput* do art. 2º;
- inciso I do art. 2º;
- inciso II do art. 2º;
- inciso III do art. 2º; e
- art. 3º.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 5 / 2012
Fls. 10 Rubrica: [assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 154/2012/SGM/P

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 40, de 7 de fevereiro de 2012, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **VICENTINHO (PT)**, **LEONARDO QUINTÃO (PMDB)**, **JOÃO CAMPOS (PSDB)** e **ROBERTO BALESTRA (PP)** para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007 (PL nº 6.846, de 2002, nesta Casa), que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador".

Atenciosamente,


MARCO MAIA
Presidente

*Recebido em
28/02/2012, às
16h34 min 41005*

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislação do Congresso Nacional	
VET. nº	5 / 2012
Fls.	11



Documento : 53639 - 2

CN – 7-11-2012
12 horas

Sobre a mesa veto presidencial que será lido.



Veto Parcial nº 5, de 2012 (Mensagem nº 6/2012-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007 (nº 6.846/2002, na Casa de origem), que “Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador”.



De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, das Resoluções nº 2, de 2000-CN e nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Parcial nº 5, de 2012 (PLC 112/2007)

Senadores

Ana Amélia
Eduardo Lopes
Paulo Bauer
Gim
Marco Antônio Costa

Deputados

Vicentinho
Leonardo Quintão
João Campos
Roberto Balestra

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 27 de novembro de 2012.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 7 de dezembro de 2012.



SCOM - Comissões Mistas

De: SCOM - Comissões Mistas
Enviado em: sexta-feira, 9 de novembro de 2012 13:15
Assunto: Comissão Mista do Veto Parcial nº 5 de 2012
Anexos: Comissão do Veto 5_2012 - Idade.pdf

Controle:	Destinatário	Entrega
	Dep. João Campos	
	Dep. Leonardo Quintão	
	Dep. Roberto Balestra	
	Dep. Vicentinho	
	Liderança do PP	Entregue: 09/11/2012 13:16
	Liderança do PSDB - Senado	Entregue: 09/11/2012 13:16
	Liderança do PTB	Entregue: 09/11/2012 13:16
	Liderança PMDB - Câmara dos Deputados	
	Liderança PP - Câmara dos Deputados	
	Liderança PSDB - Câmara dos Deputados	
	Liderança PT - Câmara dos Deputados	
	Sen. Ana Amélia	Entregue: 09/11/2012 13:16
	Sen. Eduardo Lopes	Entregue: 09/11/2012 13:15
	Sen. Gim	Entregue: 09/11/2012 13:16
	Sen. Marco Antônio Costa	Entregue: 09/11/2012 13:16
	Sen. Paulo Bauer	Entregue: 09/11/2012 13:16

Excelentíssimo Senhor Parlamentar membro da Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Parcial nº 5, de 2012,

Dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência para informar que em Reunião do Congresso Nacional, realizada em 7 de novembro de 2012, foi designada a Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Parcial nº 5 de 2012, que "Encaminha ao Congresso Nacional as razões do VETO PARCIAL aposto ao PLC 00112 2007 (PL 06846 2002, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador".

Desse modo, encaminhamos a Vossa Excelência composição dos membros, com as respectivas idades, da referida Comissão, informando que o prazo para a apresentação de Relatório é até dia 27 de novembro de 2012.

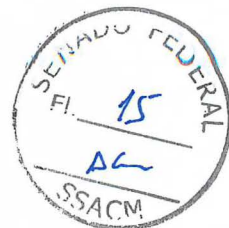
Respeitosamente

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Senado Federal
Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Subsolo, Sala 2A
70165-900 Brasília - DF
Telefone: + 55 (61) 3303-3520/3303-3503



"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."



SCOM - Comissões Mistas

De: Microsoft Outlook
Para: Liderança PP - Câmara dos Deputados; Liderança PMDB - Câmara dos Deputados; Liderança PT - Câmara dos Deputados; Liderança PSDB - Câmara dos Deputados; Dep. Leonardo Quintão; Dep. João Campos; Dep. Vicentinho; Dep. Roberto Balestra
Enviado em: sexta-feira, 9 de novembro de 2012 13:16
Assunto: Retransmitidas: Comissão Mista do Veto Parcial nº 5 de 2012

Delivery to these recipients or groups is complete, but no delivery notification was sent by the destination server:

[Liderança PP - Câmara dos Deputados \(lid.pp@camara.leg.br\)](mailto:lid.pp@camara.leg.br)

[Liderança PMDB - Câmara dos Deputados \(lid.pmdb@camara.leg.br\)](mailto:lid.pmdb@camara.leg.br)

[Liderança PT - Câmara dos Deputados \(lid.pt@camara.leg.br\)](mailto:lid.pt@camara.leg.br)

[Liderança PSDB - Câmara dos Deputados \(lid.psdb@camara.leg.br\)](mailto:lid.psdb@camara.leg.br)

[Dep. Leonardo Quintão \(dep.leonardoquintao@camara.leg.br\)](mailto:dep.leonardoquintao@camara.leg.br)

[Dep. João Campos \(dep.joaocampos@camara.leg.br\)](mailto:dep.joaocampos@camara.leg.br)

[Dep. Vicentinho \(dep.vicentinho@camara.leg.br\)](mailto:dep.vicentinho@camara.leg.br)

[Dep. Roberto Balestra \(dep.robertobalestra@camara.leg.br\)](mailto:dep.robertobalestra@camara.leg.br)

Subject: Comissão Mista do Veto Parcial nº 5 de 2012

